GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS

PAT: 20212700100062

RECURSO: VOLUNTÁRIO Nº 027/2022

RECORRENTE: M.S.M. INDUSTRIAL LTDA

RECORRIDA: 2ª INSTÂNCIA/TATE/SEFIN/FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

RELATOR: MANOEL RIBEIRO DE MATOS JÚNIOR

RELATÓRIO Nº: 310/2022/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

VOTO DO RELATOR

A empresa já qualificada nos autos foi autuada pela acusação de ter emitido Nota Fiscal Eletrônica com CFOP 6949, como outras saídas, com destaque do ICMS sem contudo, registrar na EFD o valor do imposto a apurar. Com tal atitude, deixou de apurar e recolher o ICMS devido na circulação de mercadoria, em desacordo a legislação tributária. Conforme provas em anexo. Cabe ressaltar que foi objeto de notificação nº 10790739 para regularização nos termos do FISCONFOME, sendo INDEFERIDO a contestação. Em resposta colocou que os fins eram apenas administrativos, sem juntar elementos que pudessem descaracterizar o destaque do ICMS ou a não circulação de mercadorias.

A infração foi capitulada no art. 77, IV, "a1"; art. 11-A da Lei 688/96, c/c art. 1º, I, art. 2º, I; art. 3º, III, §2º e art. 32 todos do RICMS/RO, aprovado pelo Dec. 8321/98. A penalidade foi tipificada no artigo 77, IV, "a", item 1, da Lei nº 688/96.

O Crédito Tributário está assim constituído:

Tributo:	R\$ 373.385,26
Multa 90%:	R\$ 476.886,26
Juros:	R\$ 254.339,40
A.Monetária	R\$ 156.488,37

Valor total do Crédito Tributário: R\$ 1.261.099,23 (um milhão duzentos e sessenta e um mil noventa e nove reais e vinte e três centavos).

O Sujeito Passivo foi intimado via DET em 22/02/2021 (fls. 38 e 44/45) e apresentou Defesa Administrativa tempestiva (fls. 48/51). O Julgador Singular, através da Decisão nº 2021.11.16.02.0090/UJ/TATE/SEFIN/RO (fls. 92/95), julgou parcialmente procedente o auto de infração e declarou devido o crédito tributário no valor de R\$ 129.002,00. O sujeito passivo foi notificado via DET (fl. 99/100) e apresentou Recurso Voluntário (fls. 105/109). Não houve Manifestação Fiscal. Parecer da Representação Fiscal (fls. 142/143). Consta Relatório deste Julgador Relator (fls. 144/146).

Em razão do Recurso Voluntário interposto, após análise das peças constitutivas deste feito, passo as seguintes considerações:

O sujeito passivo foi autuado por ter emitido Nota Fiscal Eletrônica com CFOP 6949, como outras saídas, com destaque do ICMS sem contudo, registrar na EFD o valor do imposto a apurar. Com tal atitude, deixou de apurar e recolher o ICMS devido na circulação de mercadoria, em desacordo a legislação tributária. Conforme provas em anexo. Cabe ressaltar que foi objeto de notificação nº 10790739 para regularização nos termos do FISCONFORME, sendo INDEFERIDO a contestação. Em resposta colocou que os fins eram apenas administrativos, sem juntar elementos que pudessem descaracterizar o destaque do ICMS ou a não circulação de mercadorias.

Em sua defesa, informou que apesar de ter emitido Notas, estas foram geradas sem condão com a operação de venda, e por equívoco da sua equipe contábil, não foi providenciado o seu posterior cancelamento. Todavia, não houve venda/circulação de mercadorias, não incorrendo assim o fato gerador, requerendo dessa forma a improcedência do auto de infração. Trouxe Declaração do DERACRE que comprova que nove das dez notas fiscais não foram objeto de comercialização para aquele destinatário.

O julgador de Primeira Instância entendeu pela parcial procedência da ação, pois constatou que assiste razão ao contribuinte em relação às 09 notas fiscais que não teve fato gerador que justificasse a presente autuação, no entanto, para a Nota Fiscal nº 62.922, não foi declarada e confirmada por seu destinatário, entendendo que descumpriu, portanto, a obrigação acessória a que estava atrelado, razão da manutenção do lançamento em parte.

Analisando os documentos trazidos aos autos, vemos que o Auto de Infração está devidamente instruído com a DFE (fl. 02), Termo de Início da Fiscalização (fl. 05) e Termo de encerramento da Fiscalização (fl. 04) e sua conseqüente notificação via DET para o

sujeito passivo (fl. 18).

Em relação a Designação Fiscal que autoriza a operação de Fiscalização, levando em consideração que a presente autuação não é considerada flagrante infracional, pois o auto de infração é datado de 16/02/2021, tendo como descrição Notas Fiscais apuradas referente ao ano de 2018, vislumbramos que a DFE 20202500100087 nos autos, fls. 02, autoriza as operações de fiscalização específica em Conta Gráfica da Empresa, no período de 01/01/2017 a 31/10/2018. Logo, a autuação foi realizada dentro dos limites de autorização designada.

Provado nos autos que o sujeito passivo ilidiu por completo o auto de infração em comento, conforme resposta do DERACRE (fls. 126), bem como pelo Parecer da Representação Fiscal (fls. 142/143) quando fora apresentados documentos e demonstrativos que asseguram todas as Notas Fiscais arroladas na autuação não terem sido objeto de comercialização entre o contribuinte e o sujeito passivo, o que faz cair por terra o fato gerador e a materialidade do referido auto de infração.

Corroboro com o Julgador Singular e sigo entendimento da Representação Fiscal, entendendo que deve ser afastada a responsabilidade dos sócios do sujeito passivo, vez que a caracterização da infração se mostrou erro administrativo escusável, não tendo conotação de fraude tributária ou à concorrência, visto não ter sido cometido com dolo na intenção de fraudar o Fisco.

Por todo o exposto e mais do que nos autos constam, **CONHEÇO DO RECURSO VOLUNTÁRIO** interposto para **DAR-LHE PROVIMENTO**, reformando-se a Decisão Singular de **PARCIALMENTE PROCEDENTE** para **IMPROCEDENTE** o auto de infração.

É O VOTO.

Porto Velho, 09 de dezembro de 2022.

MANOEL RIBEIRO DE MATOS JÚNIOR
Julgador/Relator da 2ª Inst/TATE/SEFIN

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO : Nº 20212700100062
RECURSO : VOLUNTÁRIO Nº 027/2022
RECORRENTE : M.S.M. INDUSTRIAL LTDA
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR : JULGADOR - MANOEL RIBEIRO DE MATOS JÚNIOR

RELATÓRIO : Nº 310/2022/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

ACÓRDÃO Nº 482/2022/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

EMENTA : ICMS/MULTA – DEIXAR DE ESCRITURAR NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS DE SAÍDAS – INEXISTÊNCIA DE APURAÇÃO E RECOLHIMENTO DO ICMS - INOCORRÊNCIA – Provado nos autos que o sujeito passivo ilidiu por completo o auto de infração em comento, conforme resposta do DERACRE (fls. 126), bem como pelo Parecer opinativo da Representação Fiscal (fls. 142/143), apontando pela improcedência, posto que foram apresentados documentos e demonstrativos que asseguram todas as Notas Fiscais arroladas na autuação não terem sido objeto de comercialização entre contribuintes e o sujeito passivo, o que faz cair por terra o fato gerador e a existência do referido auto de infração. Reformada a decisão singular de parcialmente procedente para improcedente o auto de infração. Recurso Voluntário Provido. Decisão unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**, à unanimidade, em conhecer do Recurso Voluntário interposto para ao final dar-lhe provimento, reformando-se a decisão de Primeira Instância de parcialmente procedente para **IMPROCEDENTE** o auto de infração, conforme Voto do Julgador Relator, constantes dos autos, que passa a fazer parte integrante da vertente decisão. Participaram do Julgamento os Julgadores: Fabiano Emanuel Fernandes Caetano, Roberto Valladão Almeida de Carvalho, Manoel Ribeiro de Matos Júnior e Juarez Barreto Macedo Júnior.

TATE Sala de Sessões, 09 de dezembro de 2022.

Anderson Aparecido Arnaut
Presidente

Manoel Ribeiro de Matos Junior
Julgador/Relator